O contador Francisco Sant´anna, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, traz sua visão sobre o assunto

Grande parte do mundo voltou-se para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Glasgow (COP26) – possivelmente um dos eventos globais mais importantes em 2021. Como conclusão da COP26, adotou-se um pacote de ações com o objetivo de aumentar a transparência do progresso dos signatários na redução das emissões de carbono, incluindo o acompanhamento e a elaboração de relatórios sobre suas Contribuições Nacionais Determinadas.

Na COP 26, também vimos tanto a percepção pública da desconfiança das instituições privadas quanto seus esforços e ações reais para reduzir as emissões de carbono, bem como novos compromissos públicos das grandes corporações em relação ao seu papel no enfrentamento das mudanças climáticas e dos efeitos globais. Estes compromissos inevitavelmente levarão a novos componentes na preparação das declarações e dos relatórios de divulgação das empresas e à responsabilidade de seus órgãos de governança, dadas as preocupações prementes do público com relação à transparência. Além disso, a expectativa dos investidores está mudando para exigir mais informações comparáveis sobre o impacto social e ambiental de uma empresa em seus relatórios.

Informações e relatórios comparáveis ESG (Ambiente, Social e Governança) são componentes-chave para abordar com sucesso as mudanças climáticas e devem ter o mesmo rigor e qualidade técnica dos relatórios financeiros obrigatórios. Isso exigirá um esforço maior para padronizar a forma como as empresas contabilizam seu impacto ambiental e social, inaugurando uma era de relatórios comparáveis obrigatórios, de auditoria e de asseguração. O anúncio do International Sustainability Standards Board (ISSB) é um passo importante no avanço das divulgações relacionadas aos impactos sociais e ambientais, que atualmente são voluntárias, vagas e sem comparabilidade.

Os relatórios ESG terão impactos não apenas sobre as corporações, mas também sobre os auditores independentes. Sua função de assegurar a qualidade das informações das empresas auditadas aos investidores, stakeholders e reguladores assume um novo e expressivo significado no combate às mudanças climáticas e é uma forma de as empresas serem responsabilizadas por seus compromissos.

É, portanto, importante que as firmas de auditoria independentes, profissionais da contabilidade e suas organizações profissionais se envolvam ativa e resolutamente neste novo e crucial desafio que a profissão enfrenta. Neste sentido, vale a pena reiterar o apelo feito pela Ifac a todas as suas organizações membros para apoiar a iniciativa de transformar novas normas globais em exigências de relatórios locais com informações ESG consistentes e comparáveis.

A profissão contábil em todo o mundo possui os conhecimentos e as competências adequadas para cumprir esta missão e deve assumir imediatamente um papel de liderança na discussão, na compreensão e no estabelecimento de diretrizes para a qualidade, padronização e confiabilidade das divulgações de ESG das empresas, bem como na auditoria independente destas informações em suas respectivas jurisdições.

Leia a matéria na íntegra aqui.

Fonte: Ifac/CFC, em 11.02.2022